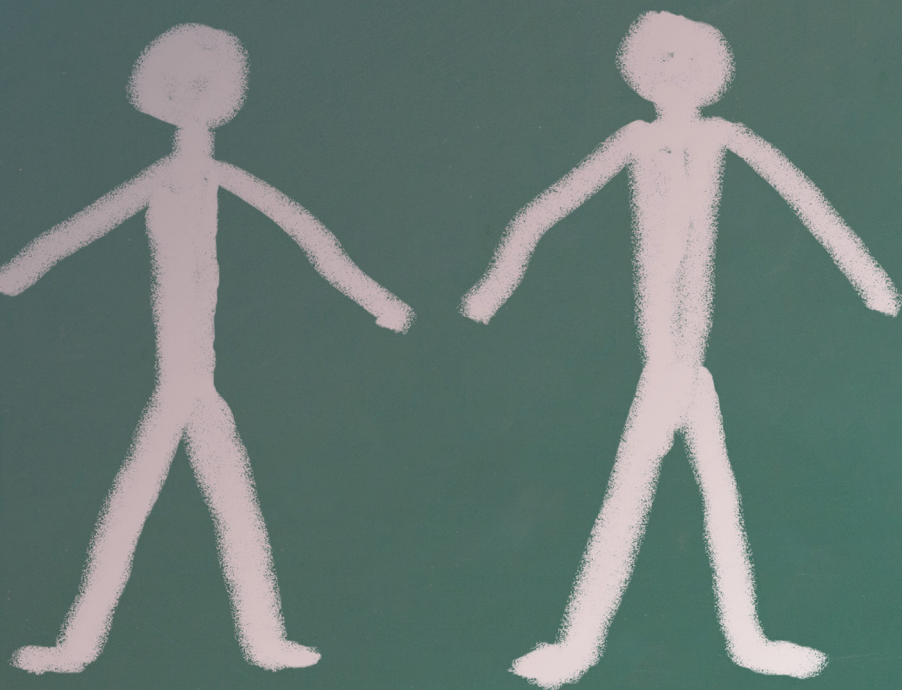


# **Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**

---

**Marcos William Kaspchak Machado  
(Organizador)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



Marcos William Kaspchak Machado  
(Organizador)

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas  
5 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak  
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –  
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-165-7

DOI 10.22533/at.ed.657191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.  
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume V apresenta, em seus 36 capítulos os estudos mais recentes sobre as aplicações jurídicas, da psicologia, da ética e da comunicação na sociedade contemporânea.

A áreas temáticas deste livro mostram as aplicações dos estudos jurídicos sobre o cotidiano e o impacto de políticas inclusivas na construção dos espaços sociais modernos. Além disso a obra ressalta a importância das abordagens da ética e sociologia.

No segundo momentos são agrupados os estudos emergentes na área da psicologia e dos processos de comunicação e sua contribuição na construção de um ambiente pautado na educação, inclusão e participação ativa dos grupos sociais.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INTERDISCIPLINARIDADE NO DIREITO	
Elizabeth Alves Brito Rafaela da Cunha Cavalcanti Ranulfo Barbosa Santos Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
A APLICAÇÃO DA TEORIA DO INADIMPLEMENTO MÍNIMO, OU ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL, AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: CONCEITUAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO	
Luiz Mesquita de Almeida Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ACUSAR E INVESTIGAR: “PODERES” INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Luiza Reiniger Severo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
NOVAS LEIS PARA RESOLVER VELHOS PROBLEMAS - A EFETIVIDADE DA LEI E SUAS IMPLICAÇÕES COM O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Gisele Beran Medella D’Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>40</b>
NEGÓCIOS PROCESSUAIS A PARTIR DO CPC/15: ALCANCES E LIMITES SOB A PERSPECTIVA DA BOA-FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA	
Nathally Bianque Lopes Pereira Luciano Souto Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS: UMA RELAÇÃO ANTAGÔNICA NA PRÁXIS	
Gabriel Pereira de Carvalho Gustavo de Assis Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
O INSTITUTO DA FEDERALIZAÇÃO DAS GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS	
Denis Roberto Peçanha de Sant’Anna Almeida Luiz Felipe Barboza Domingues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911037</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>74</b>
A SITUAÇÃO CARCERÁRIA E A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	
Karla Tayumi Ishiy	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6571911038</b>	

**CAPÍTULO 9 ..... 90**

A FUNÇÃO SOCIAL E O EQUILÍBRIO CONTRATUAL NAS RELAÇÕES MASSIFICADAS DE CONSUMO

Marcelly Alves Araújo  
Marina Arantes de Souza  
Vitor Lemes Castro

**DOI 10.22533/at.ed.6571911039**

**CAPÍTULO 10 ..... 100**

A CONSTITUCIONALIDADE DAS NOVAS BIOTECNOLOGIAS AO SISTEMA AGROALIMENTAR BRASILEIRO

Ana Carolina de Moraes Garcia

**DOI 10.22533/at.ed.65719110310**

**CAPÍTULO 11 ..... 115**

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA SALINEIRA: ESTUDO DE CASO EM UMA SALINA DO MUNICÍPIO DE MACAU/RN

Brenno Dayano Azevedo da Silveira  
Priscylla Cinthya Alves Gondim  
Rogerio Taygra Fernandes Vasconcelos  
Almir Mariano de Sousa Junior

**DOI 10.22533/at.ed.65719110311**

**CAPÍTULO 12 ..... 130**

O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO E SUA (DES)HARMONIA COM O SISTEMA CONSTITUCIONAL PÁTRIO

Guilherme Giovane Alves Taets  
Raissa Dias Timóteo  
Ana Cristina Magalhães Araújo Gorgulho

**DOI 10.22533/at.ed.65719110312**

**CAPÍTULO 13 ..... 139**

O IMPACTO DO CASO “A ÚLTIMA TENTAÇÃO DE CRISTO (OLMEDO JUSTO E OUTROS) VS. CHILE” COMO MARCO DA INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Beatriz Mendes Niyama  
Gabriel Luís Massutti de Toledo Leme

**DOI 10.22533/at.ed.65719110313**

**CAPÍTULO 14 ..... 143**

PRECONCEITOS DE GÊNERO E SUA MANIFESTAÇÃO NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Natália de Souza e Mello Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.65719110314**

**CAPÍTULO 15 ..... 145**

O RECONHECIMENTO DO CASAMENTO DE CASAIS COM SEXUALIDADES FORA DA NORMA: DO PROJETO DE LEI Nº 1.151 DE 1995 À RESOLUÇÃO Nº 175 DE 2013

José Aélson Pereira de Araújo  
Carolina Quarteu Rivera

**DOI 10.22533/at.ed.65719110315**

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>153</b>
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICADO NA LEI MARIA DA PENHA	
Antônia Alice Soares Araújo	
Iáscaro Alves Campelo	
Milton Sávio Melo Souto do Monte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>165</b>
BILHETES/ <i>BEREUS</i> COMO AGENCIAMENTO PARA COMUNICAR NECESSIDADES DE SAÚDE EM PENITENCIÁRIA, MATO GROSSO	
Reni Aparecida Barsaglini	
Emília Carvalho Leitão Biato	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>177</b>
REDE: UMA CATEGORIA EM ANÁLISE	
Edjavane da Rocha Rodrigues de Andrade	
Maria de Fátima Leite Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>188</b>
A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTATUTO DO IDOSO COMO GARANTIA AOS DIREITOS SOCIAIS	
Priscilla Roberta Alves Diniz	
Andrea Silvana Fernandes de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
GESTÃO DE MOBILIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRECHEIROS EM CIDADES PEQUENAS	
Cledione Jacinto de Freitas.	
José Sterza Justo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110320</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>214</b>
PERFIL DE ACESSIBILIDADE NOS RESTAURANTES E HOTEIS DA ORLA MARITIMA DE JOÃO PESSOA: VERIFICAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE	
Yakey Santos da Silva	
Francielly Sales da Silva	
Paula Dutra Leão de Menezes	
Patrícia Pinheiro Fernandes Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110321</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>229</b>
O PROTAGONISMO DE IDOSAS FRENTE A CATÁSTROFES NATURAIS: A RESILIÊNCIA EM QUESTÃO	
Leda Nardi	
Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110322</b>	

**CAPÍTULO 23 ..... 238**

OMÉDICOVETERINÁRIONONASF: SUA IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO DE ANTROPOZOONOSES E A ATUAL SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE) – REVISÃO DE LITERATURA

Lorena Maria Souza Rosas  
Larissa de Sá Carvalho  
Raisa Maria Souza Rosas  
Vanessa Souza Inoue  
Ana Caroline dos Santos  
Lucas da Silva Coutinho

**DOI 10.22533/at.ed.65719110323**

**CAPÍTULO 24 ..... 246**

SOBRE O LUTO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

André Victor Machado  
Camila da Silva Ferrão  
Giovanna Silva Segalla  
Maria Virginia Filomena Cremasco

**DOI 10.22533/at.ed.65719110324**

**CAPÍTULO 25 ..... 262**

O PREÇO PELA EXPANSÃO DOS HORIZONTES FEMININOS: UMA ANÁLISE DIFERENCIADA DO ESTRESSE, OS MÚLTIPLOS PAPÉIS E A SOMATIZAÇÃO

Paula Beatriz Viana  
Cristiane Camargo de Oliveira Brito

**DOI 10.22533/at.ed.65719110325**

**CAPÍTULO 26 ..... 270**

A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA: AS MULHERES IDOSAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira

**DOI 10.22533/at.ed.65719110326**

**CAPÍTULO 27 ..... 283**

A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS ATRAVÉS DE GRUPOS DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS/BA

Vanderleia Alves de Oliveira  
Acácia Batista Dias  
Ildes Ferreira de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.65719110327**

**CAPÍTULO 28 ..... 296**

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE VALENTE

Diana Paula Nunes do Carmo  
Acácia Batista Dias  
Ildes Ferreira de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.65719110328**

**CAPÍTULO 29 ..... 310**

A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO NÃO VIOLENTA DE CONFLITOS: CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

Alan Willian Leonio da Silva  
Lúcio Mauro da Cruz Tunice

**DOI 10.22533/at.ed.65719110329**



<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>317</b>
A DIDÁTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS ABORDAGENS DE ENSINO HUMANISTA E SOCIOCULTURAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes Edna Maria Querido de Oliveira Chamon Maria Aparecida Campos Diniz de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110330</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>323</b>
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA TEMÁTICA AMBIENTAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110331</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>334</b>
A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA MÍDIA: UMA ANÁLISE DO PODER DE INFLUÊNCIA DA MÍDIA BRASILEIRA, EM UM DEBATE COMPARATIVO ENTRE A REFORMA TRABALHISTA E A CONDENAÇÃO DE LULA	
Hellen Cristina Silva de Oliveira Raphael dos Santos Freitas Victor Pimenta Bueno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110332</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>348</b>
A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL	
Márcio de Oliveira Guerra Vitor Pereira de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110333</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>357</b>
PUBLICIDADE E MEDIATIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA	
Diogo Rógora Kawano Leandro Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110334</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>371</b>
SE EU TEMO, ENTÃO VOCÊ TAMBÉM VAI TER MEDO DE PERDER: OS BENS DE FORTUNA E A “PUBLICIDADE DE CHOQUE”	
Danielle Cândido Maria Virgínia Borges Amaral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110335</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>384</b>
UMA PITADA DE RÁDIO NA POLÍTICA BRASILEIRA	
Luciana Antunes Renato Teixeira Elvis W Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65719110336</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>392</b>

## A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL

### Márcio de Oliveira Guerra

Universidade Federal de Juiz de Fora, Professor  
Doutor da Faculdade de Comunicação  
Juiz de Fora, Minas Gerais

### Vitor Pereira de Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrando  
em Comunicação Social  
Juiz de Fora, Minas Gerais

**RESUMO:** O trabalho tem como proposta analisar as políticas públicas relacionadas à democratização da comunicação no Brasil atual, incluindo a discussão central da regulamentação da mídia. Para tanto, foi realizada uma pesquisa empírica da materialidade de conteúdos jornalísticos possibilitando a realização de inferências acerca do tema. O objeto de estudo é uma edição completa do programa “Ver TV”, da TV Brasil. Inferências são realizadas através da análise de conteúdo baseadas em investigações desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Esporte e Cultura (UFJF - CNPq); oferecendo o referencial teórico para a avaliação empírica. A proposta é investigar se os conceitos analisados estão presentes no conteúdo do programa televisivo e se esses contribuem para a discussão da democratização da comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democratização da comunicação; Telejornalismo; Regulamentação

da mídia; Televisão; Brasil.

**ABSTRACT :** The paper aims to analyze public policies related to the democratization of communication in Brazil, including the central discussion of media regulation. For that, an empirical research was carried out on the materiality of journalistic contents, allowing the realization of inferences about the theme. The object of study is a complete edition of TV “Ver TV” program. Inferences are carried out through the analysis of content based on research developed within the scope of the Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Esporte e Cultura (UFJF - CNPq); offering the theoretical reference for the empirical evaluation. The proposal is to investigate whether the concepts analyzed are present in the content of the television program and whether these contribute to the discussion of the democratization of communication.

**KEYWORDS:** Democratization of communication; Telejournalism; Media regulation; Television; Brazil.

### 1 | A MÍDIA E A TELEVISÃO NO BRASIL

No Brasil, sete famílias dominam os meios de comunicação: a família Marinho da Globo, a Abravanel (Sílvio Santos), do SBT, o Edir Macedo da Record, a família Saad da Band, a

Frias da Folha de S. Paulo, a Mesquita do Estádio e a Civita da editora Abril (Veja). O maior grupo detentor de audiência televisiva (a TV Globo) nasceu e cresceu no período da ditadura militar brasileira. A televisão constitui o mais importante veículo de comunicação de massas no Brasil, mesmo com o acesso à internet se popularizando cada vez mais. Por isso é importante discutir o sistema de radiodifusão. Vieira disserta sobre o tema, apresentando dados sobre a importância da presença da televisão nos lares brasileiros.

A televisão ainda é o meio de comunicação que mais atinge os brasileiros, mesmo com o advento da internet. Dados da Unesco (2008) apontam que 97% das casas brasileiras possuem aparelho de TV. Em um país onde os índices de analfabetismo ainda são altos – mais de 13 milhões de brasileiros são analfabetos segundo dados de 2010 do IBGE (PORTAL BRASIL, 2011), a televisão se configura como o meio mais democrático de acesso à informação e ao entretenimento (VIEIRA, 2013, p8).

Ainda sobre a televisão, ao longo de décadas se perpetuou no país um sistema inteiramente comercial. Seguindo os moldes americanos de concessão, consolidou-se a exploração das concessões de radiodifusão por parte do Estado a grupos privados. Assim, os grupos televisivos tiveram uma facilitação para concentrar grande e forte influência política, econômica e social.

## 2 | A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

Em 1991, setores sociais preocupados com a concentração e o evidente oligopólio da comunicação no Brasil, fundaram o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação). Essa organização se tornou o principal meio da sociedade civil exigir uma comunicação mais democrática no país. Para o fórum, é necessário um diálogo entre o setor privado, a sociedade civil e o Estado. Ressaltam ainda que uma das formas de democratização seria o controle democrático da mídia para

corresponder ao advento de práticas democráticas na elaboração de políticas públicas para a área das comunicações, com a possibilidade de incidência democrática da sociedade sobre o conteúdo dos veículos de comunicação (FÓRUM, 1994, p.21).

Segundo Leal Filho, “a democratização da comunicação é um processo no qual indivíduos e organizações da sociedade mobilizam-se com o objetivo de ampliar o número de atores envolvidos na produção, difusão e circulação de informações” (LEAL FILHO, 2010, p. 367).

Medidas como a criação da TV pública e a CONFECOM (Conferência Nacional de Comunicação) foram discutidas com ênfase nos últimos governos democráticos no Brasil. Mas, ainda há muito que avançar nas políticas públicas para a comunicação.

### 2.1 A TV pública

A TV pública é uma das formas de democratização da mídia que mais deveriam repercutir sobre o oligopólio dominante nas emissoras de televisão no Brasil. Assume,

por ser pública, um caráter diferente do comercial. “Não deve buscar o lucro; deve ter independência do mercado, da política e da economia; ter formas de financiamento diferentes das lógicas comerciais e possuir uma gestão plural” (SILVA, 2002, p.23). O melhor exemplo de TV pública no mundo é a BBC, emissora britânica; inclusive sendo considerada “a melhor TV do mundo” por LEAL FILHO (1997).

Mesmo com todas as definições de pluralidade e princípios editoriais abrangentes das televisões públicas, a concentração dos meios de produção de conteúdo e de comunicação como um todo ainda dificulta a democratização da comunicação. Coutinho destaca o caráter privado da mídia e, ainda ressalta que diversos autores também o fazem.

Diversos autores como Mattos (2000), Ramos (2007), Brittos e Bolaño (2007), entre outros, já destacaram o caráter eminentemente privado, e a concentração da radiodifusão no Brasil. Desde a implantação da TV Tupi de São Paulo, em 1950, até a constituição da primeira rede de televisão brasileira, então com transmissão terrestre, a operação das emissoras de televisão em nosso país sempre esteve associada à exploração comercial, ainda que muitas vezes com o patrocínio do Estado, um dos principais anunciantes ao longo da história da TV brasileira (COUTINHO, 2013, p3).

No Brasil, a TV pública tem sua maior representante na TV Brasil. Ela foi criada em 2007 para suprir as pendências do jornalismo comercial e, também, como uma demanda da sociedade no âmbito da disputa pela democratização da comunicação.

De acordo com Coutinho, o telejornalismo público, deve auxiliar a democratização.

Os telejornais e programas jornalísticos nesse sentido deveriam ter como premissa e/ou promessa promover uma melhor compreensão da realidade, tornando mais próximo e efetivo, seu entendimento e apropriação pelos telespectadores. Estes deveriam ser compreendidos e representados nas reportagens como cidadãos e também como grupo social. Além disso, mais do que informações descontextualizadas, os telejornais públicos deveriam contribuir com a oferta de conhecimento cotidiano e formação dos espectadores e, assim, estimular sua autonomização (COUTINHO, 2013, p.29).

Deve-se priorizar a pluralidade da informação, oferecendo conteúdos não presentes nas TVs estatais e comerciais; até mesmo pelo telejornalismo público estar livre das amarras da lógica mercadológica e da busca pelo lucro. Ainda deve ofertar conteúdos voltados para o cidadão e para as diferentes comunidades, auxiliando, assim, na democratização da mídia.

## 2.2 A CONFECOM

Em 2009, ocorreu a primeira CONFECOM (Conferência Nacional de Comunicação). “O objetivo era construir um espaço para o debate amplo, democrático e plural com a finalidade de elaborar propostas orientadoras para uma política nacional de comunicação” (CONFECOM, 2010). Foram aprovadas 633 resoluções que deveriam ser colocadas em prática para orientar a política da área da comunicação; previam, entre outros aspectos, combater a concentração da mídia, realizar consultas e audiências públicas nos procedimentos de renovação das concessões e o fortalecimento do

sistema público de comunicação.

Grande parte das entidades empresariais que estariam presentes na CONFECOM se retirou antes da abertura da conferência. Restaram apenas a ABRA (Associação Brasileira de Radiodifusores) e a TELEBRASIL (Associação Brasileira de Telecomunicações). Os meios de comunicação trataram a realização da conferência como uma forma de censura. O Jornal Nacional, principal telejornal comercial brasileiro, fez uma nota, descrita abaixo, em que trata do assunto.

Fátima Bernardes: Começou hoje, em Brasília, a primeira Conferência Nacional de Comunicação, que pretende debater propostas sobre a produção e distribuição de informações jornalísticas e culturais no país. Entre as propostas estão o controle social da mídia por meio de conselhos de comunicação e uma nova lei de imprensa. O fórum foi convocado pelo Governo Federal e conta com 1.684 delegados, 40% vindos da sociedade civil, 40% do empresariado e 20% do poder público.

William Bonner: Mas a representatividade da conferência ficou comprometida sem a participação dos principais veículos de comunicação do Brasil. Há quatro meses, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a Associação Brasileira de Internet, a Associação Brasileira de TV por Assinatura, a Associação dos Jornais e Revistas do Interior do Brasil, a Associação Nacional dos Editores de Revistas e a Associação Nacional de Jornais divulgaram uma nota conjunta em que expõem os motivos de terem decidido não participar da conferência.

Todos consideraram as propostas de estabelecer um controle social da mídia uma forma de censurar os órgãos de imprensa, cerceando a liberdade de expressão, o direito à informação e a livre iniciativa, todos previstos na Constituição. Os organizadores negam que a intenção seja cercear direitos. A conferência foi aberta com a participação do presidente Lula. (LIMA, 2009, p.1)

Após a realização da primeira CONFECOM, nenhuma das medidas prosperou. Nem mesmo uma segunda conferência foi realizada. Porém, destaca-se que a realização da CONFECOM foi de extrema importância para demarcar e mostrar o saldo positivo da participação da sociedade civil.

Em 2011, o governo federal fez um movimento direcionado a retomar a discussão sobre a democratização. Um novo marco regulatório da comunicação foi proposto, sendo muito bem aceito pela sociedade civil e rechaçado pelos empresários de comunicação. A proposta era realizar uma consulta pública com setores da sociedade, mas o governo recuou e o assunto não foi mais discutido em debates públicos.

### **2.3 A regulamentação da mídia**

A pauta da regulamentação da mídia é, historicamente, defendida por membros da esquerda política. Com a chegada de Lula ao poder em 2003 e, conseqüentemente, do PT (Partido dos Trabalhadores), esperou-se uma maior centralidade na questão da democratização da mídia, incluindo a regulamentação. Porém, a regulamentação nunca ocorreu no país.

A regulamentação da mídia e a democratização da mesma são temas tratados, muitas vezes como censura, principalmente por grandes veículos de comunicação.

Porém, é preciso discutir a questão. Sobre este tema, Lima alerta, entretanto, que

Quem faz censura na Argentina e no Brasil são os oligopólios de mídia. Porque a partir do momento em que são oligopólios, impedem que vozes se expressem. Eles não deixam que haja liberdade de expressão. Eles dificultam a consolidação do direito à comunicação. Eles é que são os agentes da censura, mas empunham essa bandeira da censura e da liberdade. Isso é um recurso político histórico. Quem é contra a liberdade? Quem é contra a censura? Eles promovem a censura e impedem a liberdade de expressão da grande maioria da população, mas empunham a sua bandeira. Como têm o poder de gestão da agenda de debate público, isso passa a ser verdade para muita gente. Esse é o problema, por isso que essa área é tão difícil. Mas o que acontece na Argentina, com todas as letras, é uma regulação de mercado. Inclusive atribui cotas de participação no mercado, para vozes que não tinham voz. (LIMA, 2011, p. 6)

A regulamentação da mídia não se trata de censura, mas, sim, de garantir participações e conteúdos diversificados frente a um oligopólio de mídia existente. A regulamentação da mídia é um assunto amplamente discutido na conjuntura política da América Latina atualmente, principalmente após a ascensão de governos de esquerda em muitos países, como Argentina e Uruguai. Durante a campanha à reeleição de Dilma Rousseff, o PT pressionou para que a presidenta engajasse a discussão em um segundo mandato. Após a reeleição, a presidenta sinalizou que iria defender a regulação econômica da mídia, mas sem regular conteúdo. Porém, a presidenta eleita democraticamente sofreu um processo de impeachment e foi retirada do cargo antes de propor a regulação.

### 3 | PARÂMETROS DE ANÁLISES

Para que se torne possível a análise de conteúdo pelo método da análise da materialidade audiovisual foi necessário elencar parâmetros que permitissem a realização de inferências nos materiais audiovisuais. A publicação desse trabalho é resultado de uma ampla pesquisa realizada sobre o tema, onde os autores desenvolveram os parâmetros utilizados. Um dos pilares centrais para a construção desses parâmetros foi o livro *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*, de Luiz Felipe Miguel. Os parâmetros tomados como referência para a avaliação da qualidade, se os conteúdos analisados contribuem para a discussão da democratização da mídia e o acesso dos cidadãos a informação são:

- a. Enquadramentos utilizados (a fim de descrever se o público pode ressignificar o conteúdo a partir do discurso);
- b. Polifonia de vozes (pluralidade no discurso);
- c. Ideologias expressas (conceitos direitistas ou esquerdistas presentes no conteúdo noticioso);
- d. Representação e identificação do telespectador com a informação exibida;
- e. Presença de uma oligarquia – direta ou indiretamente (pequeno grupo de

pessoas que exerce poder sobre alguma questão – interferência do poder econômico).

Sobre os parâmetros acima, trata-se da busca por elementos que permitam caracterizar o conteúdo veiculado tendo como base as informações que são passadas; de que forma pretende garantir a participação de todas as “vozes sociais”; quais são as ideologias presentes; se o telespectador se vê no conteúdo exibido e se há a presença de um grupo oligárquico direta ou indiretamente. A análise desses itens, no período de recorte empírico, será descrita de forma pormenorizada na seção seguinte.

#### 4 | ANÁLISES

A edição analisada do programa Ver TV é a de 24 de maio de 2015. O programa foi ao ar no domingo, às 22 horas, pela TV Brasil. A duração é de 55 minutos e 5 segundos.

a) Enquadramentos utilizados (a fim de descrever se o público pode ressignificar o conteúdo a partir do discurso): A mídia funcionaria como a moldura de uma janela através da qual o público entra em contato com uma parcela da realidade; é impossível mostrar o mundo com todas as suas facetas. São os construtores de conteúdo que fazem essa moldura. Além da informação, muitas vezes, essa moldura traz jogos de interesses e de poder, nem sempre percebidos pelos telespectadores. Essa moldura é o que se chama de enquadramento; a forma como o mundo é mostrado ao público. Na edição analisada, percebe-se um enquadramento livre, preocupado em informar ao público o que acarreta a regulamentação da mídia, inclusive com todos os seus benefícios. A estrutura é de um programa de entrevistas. Do tempo total, seis minutos são de VT que antecedem a discussão e o debate.

b) Polifonia de vozes (pluralidade no discurso): Sua função é garantir a polifonia de vozes, ou seja, a maior pluralidade de discursos possíveis. É necessário garantir o equilíbrio das vozes para que as diferentes vozes e opiniões (até mesmo contrastantes) possam ter direito a comunicação. É a busca pela imparcialidade. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes é respeitada. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões independente do que o entrevistador deseja.

c) Ideologias expressas (conceitos direitistas ou esquerdistas presentes no conteúdo noticioso): a presença de ideologias exacerbadas pode comprometer diretamente a democratização da comunicação. Uma informação plural traz a ideologia de forma balanceada e buscando a isenção. Na edição analisada do programa Ver TV, nota-se que as ideologias não são exacerbadas nem mesmo são demonstradas para o público. Porém, até mesmo pelo tema da edição, percebe-se um cunho esquerdista na questão tratada.

d) Representação e identificação do telespectador com a informação exibida: Para que a mídia seja democrática, é necessário que os telespectadores sejam

representados e se identifiquem com o que passa na TV. Nota-se que existe uma tendência em emplacar pautas do eixo sul-sudeste. Mas, o telespectador de todas as partes do país precisa se identificar e se sentir representado nos conteúdos veiculados pela TV; mostrando, inclusive, as diferentes culturas presentes no Brasil. A representação e a identificação do telespectador com o que está sendo exibido devem ocorrer, independentes da origem e localidade geográfica do mesmo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, uma boa representação e identificação do telespectador com a informação exibida; inclusive com o tema sendo dividido em vários conteúdos para uma maior compreensão da informação por parte dos telespectadores.

e) Presença de uma oligarquia – direta ou indiretamente (pequeno grupo de pessoas que exerce poder sobre alguma questão – interferência do poder econômico): A oligarquia se caracteriza quando o poder político está centrado em um pequeno número de pessoas, grupos, agências, etc; pertencentes a uma mesma família, partido político, grupo econômico ou corporação. Esse pequeno grupo de interesse controla as políticas sociais e econômicas em benefício de interesses próprios. Na edição analisada, percebe-se que existe uma oligarquia no controle dos grandes conglomerados de mídia no Brasil; sete famílias dominam a comunicação no país. Esse fato é citado para justificar a defesa da regulamentação da mídia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstra resultados que apontam elementos necessários para fomentar a discussão da democratização da mídia junto ao público telespectador. Esse trabalho se desenvolve com base nas pesquisas anteriores do Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Esporte e Cultura (UFJF - CNPq) e do projeto pesquisado pelo discente no âmbito do mestrado.

Com relação à democratização da comunicação no Brasil ainda há muito que avançar. No Brasil, sete famílias dominam os meios de comunicação: a família Marinho da Globo, a Abravanel (Sílvio Santos), do SBT, o Edir Macedo da Record, a família Saad da Band, a Frias da Folha de S. Paulo, a Mesquita do Estadão e a Civita da editora Abril (Veja); o que caracteriza um oligopólio de mídia. O FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), surgido em 1991, se tornou o principal meio da sociedade civil exigir uma comunicação mais democrática no país.

Medidas como a criação da TV pública e a CONFECOM (Conferência Nacional de Comunicação) foram discutidas com ênfase nos últimos governos democráticos no Brasil. A TV pública é uma das formas de democratização da mídia que mais deveriam repercutir sobre o oligopólio dominante nas emissoras de televisão no Brasil. Em 2009 ocorreu a primeira CONFECOM (Conferência Nacional de Comunicação). O objetivo era construir um espaço para o debate amplo, democrático e plural com a finalidade de



elaborar propostas orientadoras para uma política nacional de comunicação. Apesar das 633 resoluções aprovadas quase nada foi levado adiante.

A discussão da regulamentação da mídia foi importante, porém não gerou resultados práticos. Outros países da América Latina já regulamentaram a mídia, como Argentina e Uruguai, o que tornou a comunicação muito mais plural e democrática. No Brasil, existiram dois períodos em que a discussão sobre a regulamentação foi forte; na realização da primeira CONFECOM e na reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Nada foi levado adiante e o oligopólio da comunicação tratou a questão como censura.

Para a realização das inferências no material audiovisual, foram elencados parâmetros de análises. Enquadramentos utilizados, Polifonia de vozes, Ideologias expressas, Representação e identificação do telespectador com a informação exibida e Presença de uma oligarquia – direta ou indiretamente. Esses parâmetros visam inferir sobre a qualidade da democratização da mídia expressa pelo conteúdo analisado. Na edição analisada, percebeu-se que a democratização está presente em um nível alto do conteúdo.

A regulamentação da mídia traria um grande avanço na questão da democratização dos meios de comunicação no Brasil. Deve-se ressaltar que regulamentar não é censurar. Regulamentar é impor limites a uma concessão audiovisual dada e renovada de formas não claras e sem participação popular.

## REFERÊNCIAS

CONFECOM. **Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2010.

COUTINHO, Iluska (org). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **Bases de um programa para a democratização da comunicação no Brasil**. 1994. Disponível em: <<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ZE+MIGUEL/Carta+de+Salvador/Bases+de+um+Programa+para+a+Democratizacao+da+Comunicacao+no+Brasil.pdf>>. Acesso em 25/04/2016.

LIMA, Venício. **A grande mídia e a segunda Confecom**. 2009. Disponível em < <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-grande-midia-e-a-segunda-Confecom/4/15413>>. Acesso em 28/04/2017.

LIMA, Venício. **Governo erra ao não propor marco regulatório da mídia**. 2011. Entrevista ao Portal Vermelho. Disponível em:< [http://www.vermelho.org.br/mg/noticia.php?id\\_noticia=163595&id\\_secao=6](http://www.vermelho.org.br/mg/noticia.php?id_noticia=163595&id_secao=6)>; acesso em: 06/04/2017.

LEAL FILHO, L. L. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997.

LEAL FILHO, L. L. **Democratização da comunicação**. In: Enciclopédia INTERCOM de Comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 v.

Miguel, Luiz Felipe. **Política e mídia no Brasil: episódios da história recente**. Editora Plano, 2002.

SILVA, Luiz. **Jornalismo Público** - O social como valor-notícia . Brasília, DF. Casa das Musas, 2002.

UNESCO. **Brasil no rumo da inclusão**. Tecnologia, Informação e Inclusão. v.1, n.1, 2008. Disponível em: <[http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158502\\_por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158502_por.pdf)>. Acesso em 10/02/2016.

VIEIRA, Allana Meirelles. **Telejornalismo público**: uma avaliação dos compromissos da TV Brasil e da TV Cultura. Monografia de graduação. UFJF, 2013.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-165-7

